

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS HUMANAS

RAÍSSA DA COSTA ALENCAR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as
práticas educativas dos professores de uma escola municipal de Grajaú – MA**

Grajaú – MA
2019

RAÍSSA DA COSTA ALENCAR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as
práticas educativas dos professores de uma escola municipal de Grajaú – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão- campus Grajaú, para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas/Geografia.

Orientadora: Profa. Cristina Torres da Silva Ferreira

Grajaú – MA
2019

RAÍSSA DA COSTA ALENCAR

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as práticas educativas dos professores de uma escola municipal de Grajaú – MA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: ____ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Cristina Torres da Silva Ferreira (Orientadora)
Mestre
Universidade Federal do Maranhão

Prof. _____ (Avaliador)
TITULAÇÃO
Universidade Federal do Maranhão

Prof. _____ (Avaliador)
TITULAÇÃO
Universidade Federal do Maranhão

Grajaú – MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

da Costa Alencar, Raissa.
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
as práticas educativas dos professores de uma escola municipal de Grajaú- MA / Raissa da
Costa Alencar. – 2019. 40 p.

Orientador (a): Cristina Torres da Silva Ferreira.
Curso de Ciências Humanas – Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú – MA,
2019.

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação de Professores. I. Torres da Silva
Ferreira, Cristina. II. Título.

Dedico em especial minha mãe que sempre foi meu alicerce, ao meu esposo e toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre me abençoar e me encorajar durante toda a caminhada.

Aos familiares, agradeço minha mãe Raimunda que sempre foi meu maior incentivo para estudar. Obrigada mãe, por ser maravilhosa em minha vida. Ao meu padrasto José, por me aceitar como filha e sempre me aconselhar nos meus momentos de fraquezas. Aos meus irmãos Railson e Matheus Felipe por acreditarem em mim.

Ao meu esposo João Neto, por entender meu isolamento nas noites intermináveis de estudo. À minha enteada Anazeile, por me aconselhar e me incentivar. Às minhas cunhadas, Sara e Zélia, vocês são especiais em minha vida.

Aos meus alunos da aula de reforço, obrigada meus amores, vocês são meu maior incentivo em continuar lutando por uma educação melhor e digna.

À minha turma 2014, em especial meus amigos Timóteo, Sônia Maria e Karina, que sempre tiraram minhas dúvidas nos trabalhos.

Agradeço ao corpo docente que sempre esteve disposto a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, em especial a minha orientadora Cristina Torres, por acreditar em mim e me incentivar, desde quando apresentei meu projeto. Agradeço a Universidade Federal do Maranhão – Campus Grajaú, por te me dado a chance e todas as ferramentas para concluir o curso.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direto e indiretamente para essa etapa decisiva em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a educação especial no horizonte da educação inclusiva, caracterizando as práticas educativas dos professores da Escola Municipal Professora Celi Cunha do Carmo, em Grajaú – MA. O interesse pelo tema partiu de uma experiência obtida na escola em questão, onde a realidade e os desafios de trabalhar junto aos alunos com necessidades especiais são perceptíveis. Para tanto, a metodologia utilizada para a fundamentação da pesquisa foi através de revisão bibliográfica, pautada em autores como Alcântara (2013), Brasil (2008) e Stainback & Stainback (1999), por exemplo, bem como pesquisa de campo na escola, tendo como instrumento de pesquisa o roteiro de entrevistas. Com base no problema constatado, pretende-se elencar os desafios encontrados no âmbito da educação inclusiva, trabalhando a inclusão na sala de aula e a acessibilidade na escola frente à qualificação dos professores. Com isso, busca-se entender o papel fundamental da Educação Inclusiva no âmbito escolar, pois ela visa proporcionar aos alunos com necessidades especiais, condições de aprendizagem propícias para o desenvolvimento de suas potencialidades e eliminar adversidades, sejam elas pedagógicas ou arquitetônicas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Formação de Professores.

ABSTRACT

The present work aims to analyze special education within the horizon of inclusive education, characterizing the educational practices of the teachers of the. The interest in the theme came from an experience gained at the school in question, where the reality and challenges of working with students with special needs are perceptible. In order to do so, the methodology used to base the research was based on a bibliographical review, based on authors such as Alcântara (2013), Brazil (2008) and Stainback & Stainback (1999), for example, as well as field research at school. as a research tool the interviews script. Based on the problem, it is intended to list the challenges encountered in the context of inclusive education, working on inclusion in the classroom and accessibility in school facing the qualification of teachers. The aim is to understand the fundamental role of Inclusive Education in the school environment, as it aims to provide students with special needs, learning conditions conducive to the development of their potential and eliminate adversities, be they pedagogical or architectural.

Keywords: Inclusive education. Special education. Teacher training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APORTES TEÓRICOS E LEGAIS	12
1.1 Contexto Histórico da Educação Especial	12
1.2 A Educação Especial no Brasil na perspectiva da Educação Inclusiva	15
1.2.1 A Educação Especial no Estado do Maranhão: algumas considerações	19
1.2.2 A educação especial em Grajaú- Maranhão	21
1.3 Formação de professores na educação inclusiva: entre desafios e possibilidades de superação	24
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA	27
2.1 Percurso metodológico da pesquisa, cenário e sujeitos da pesquisa ..	27
2.2 Análise e discussão dos resultados	28
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	39

INTRODUÇÃO

O papel fundamental da Educação Inclusiva é proporcionar aos alunos com deficiência, condições de aprendizagem propícias para o desenvolvimento de suas potencialidades e eliminar adversidades, sejam elas pedagógicas ou arquitetônicas. Portanto, o intuito é oferecer alternativas com recursos de ensino e equipamentos especializados, decompondo a diversidade dentre os alunos.

Dentro dessa discussão, é importante destacar que o reconhecimento e a necessidade de uma escola para todos, ou seja, inclusiva, para que tenha bom êxito, é indispensável que haja professores capacitados. Conforme a Declaração de Salamanca (1994), a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso, no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Porém, a realidade das escolas não é similar à Declaração de Salamanca, pois falta formação especializada para os professores, além da ausência de materiais pedagógicos e a infraestrutura adequada.

Nesse aspecto, o problema evidenciado refere-se aos desafios e realidade dos professores da Escola Municipal Professora Celi Cunha do Carmo, localizada no município de Grajaú – MA. Com base nisso, a proposta de estudo é elencar os desafios, ao trabalhar com a inclusão na sala de aula e a acessibilidade na escola junto à qualificação dos professores.

Justifica-se que a escolha do tema foi iniciada a partir de uma experiência obtida na escola. Em estudo, onde me deparei com a realidade e os desafios de trabalhar junto aos alunos com deficiência e assim surge o desejo de pesquisar sobre a Educação Inclusiva.

O objetivo geral pautou-se em problematizar as práticas educativas e os desafios dos professores aos alunos inclusos, tendo como objetivos específicos: conhecer a formação dos professores para lidar com esses alunos, identificar como se dá a construção dos processos de ensino/aprendizagem dos alunos inclusos e investigar os aspectos físicos da escola, no que tange a acessibilidade.

A fundamentação da pesquisa pautou-se na revisão bibliográfica de autores como Alcântara (2013), Brasil (2008) e Stainback & Stainback (1999), por exemplo, que trazem uma abordagem qualitativa. Posteriormente, utilizou-se a pesquisa de campo, tendo como instrumento da pesquisa o roteiro de entrevistas, considerando os objetivos propostos. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Celi Cunha do Carmo, com quatro professores.

Portanto, este trabalho organiza-se em dois capítulos. O primeiro aborda o contexto da Educação Especial no âmbito nacional (Brasil), estadual (Maranhão) e municipal (Grajaú). No segundo capítulo apresenta-se a pesquisa de campo, intitulado “Educação Especial no horizonte da Educação Inclusiva: concepções dos professores de uma escola municipal de Grajaú – MA”, através do percurso metodológico, campo da pesquisa e caracterização dos sujeitos e desdobrando-se na análise e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, traremos a conclusão do presente estudo, apontando as considerações obtidas com a elaboração do mesmo.

1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APORTES TEÓRICOS E LEGAIS

1.1 Contexto Histórico da Educação Especial

Compreende-se que a Educação Especial passou por grandes transformações, mas as conquistas iniciaram no final do século XIX e meados do século XX. De acordo com Mendes (1995), foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com deficiência poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado e específico.

Segundo Aranha (2000), na década de 60, os Estados Unidos foram marcados por um aumento significativo de instituições especializadas, tais como escolas especiais, clínicas de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais, entre outros.

De acordo com Canziani (1995), nos anos 70, nos Estados Unidos e demais países mais desenvolvidos, ocorreu um grande movimento de vida independente, na qual cinco portadores de deficiência entre pais e profissionais defendia a eliminação de dependência, clamavam pelo direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de construir a sua autonomia com liberdade se tornado sujeitos e não mais objetos de decisões tomadas sobre elas.

A luta por independência das pessoas com deficiência passa por grandes movimentos, porém, percebe-se que uma minoria clamava por seus direitos na busca de construir seus conceitos e suas decisões, pois recebiam tratamento diferenciando.

Sailor, Gee et. al. Karasolft (1993) destacam as influências que marcaram o sistema educacional norte-americano. Uma marcada pela busca de excelência escolar destinava às escolas, fundos para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade do ensino americano; a outra, a da reestruturação escolar, visava uma revisão do currículo, avaliação do desempenho, instrução descentralizada, autonomia, orçamento, decisão compartilhada, fusão e coordenação dos recursos e envolvimento com a comunidade.

Os autores mencionados discorrem sobre a reestruturação do ensino especial na qual será preciso revisar os currículos educacionais, avaliar o

desempenho dos alunos fazendo que a escola encontre os menores desafios e assim oferecer qualidade ao ensino.

No entanto, a sociedade infelizmente não favorece o direito das pessoas com deficiência, pois muitas vezes as oportunidades não são ofertadas por conta do preconceito e credibilidade e, portanto, a inclusão não é favorecida.

Um movimento realizado na metade do século XX, por educadores e pais favoreceu ainda mais a Educação Especial, na qual teve nível internacional como a Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia e a Declaração de Salamanca.

A partir desses acontecimentos, faz-se necessário entender que a deficiência não é uma doença e nem um impedimento para romper a vida. O Estatuto da Pessoa com Deficiência observa:

Art. 7º. Todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência, todas as formas de discriminação ou qualquer distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, incluindo a recusa de adaptação razoável.

§2º As medidas afirmativas necessárias para efetivar a igualdade de oportunidades e inclusão das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias, não sendo essas pessoas obrigadas a aceitá-las (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2013).

Podemos observar no Estatuto da Pessoa com Deficiência como a teoria é bem clara e ampla, no entanto, na prática, esses direitos são lesionados. Muitos sofrem a realidade da falta de oportunidade, principalmente no campo escolar, que é o centro da aprendizagem para todos.

Os avanços que ocorreram trazem um novo olhar para as pessoas com deficiência, como Glat (2007) diz :

Nas últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, aliadas aos avanços das ciências e tecnologias, os profissionais da Educação Especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos pelos sistemas de ensino. Esse processo vem se acelerando, sobretudo a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil. A política de Educação 19 Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se refere aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de

ensino aprendizagem escolar, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem (GLAT, 2007, p. 15).

Com os avanços na Educação Especial, os profissionais da educação buscam novas formas de ensino, com alternativas menos segregativas para que os alunos inclusivos possam se adaptar e compreender o ensino com maior qualidade.

A inclusão foi o passo maior da Educação Especial. O fato dos alunos inclusivos estarem no meio dos demais é muito gratificante, porém, só a escola receber um aluno com deficiência não assegura que ela seja inclusiva. É grande o número de alunos que estão matriculados em escolas que não têm o tratamento para o seu desenvolvimento, porém, a qualidade do ensino é inferior, e, muitas vezes o aluno é colocado num canto da sala com algum brinquedo ou pintura para se distrair até o tempo passar.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (GLAT, 2007, p.16)

Conforme vimos, escola com a inclusão vem se configurando em um modelo novo, na qual o ensino é possível para todos sem discriminação. As barreiras que antes existiam foram quebradas, porém, têm que haver grandes mudanças para ficar de acordo com a teoria, porque por enquanto, os alunos estão apenas sendo integrados.

As escolas ditas inclusivas têm que ficar atentas que o fato de matricular alunos com deficiência não diz que ela é inclusiva, porque os alunos têm o direito ao acesso e ingresso em uma escola que possa atender e compreender a necessidade do mesmo.

Segundo Aranha (2000), a Educação Especial no mundo se destacou em três paradigmas, o da Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes. O de Suportes se fundamentou cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade e, sócio politicamente, no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade,

independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado” (ARANHA, 2000, p.13).

1.2 A Educação Especial no Brasil na perspectiva da Educação Inclusiva

Em meados do século XIX as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, pois eram considerados como incapazes e muitos acreditavam que eles eram culpados pelo não desenvolvimento do país.

As fases que marcaram a trajetória da educação especial relatam as lutas pelos direitos sendo elas: a exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. No período da exclusão é o período do abandono e rejeição da sociedade a fase que os deficientes não tinham nenhuma instrução educacional, nesse momento que iniciam os estudos frente à educação especial como Mazzota relata:

O diagnóstico da deficiência mental educável, integração da pessoa deficiente, formação de recursos humanos, currículos e programas em educação especial, prevenção da excepcionalidade, relação criança-família-escola, reabilitação e profissionalização. (MAZZOTA, 2005, p. 12,).

A partir da exclusão, rejeição e exploração que ocorreu uma atenção educacional para essas pessoas. Assim foram surgindo estudos no Brasil voltados para educação especial. De início organizou-se os serviços para os deficientes visual, auditivo, mentais e deficientes físicos, houve a integração desses alunos nas escolas no final da década de 50 ao início da década de 60 do século XX.

Contudo isso surge à fase da segregação institucional o período em que ocorre uma preocupação com o ensino dos alunos deficientes, assim surge instituições especializadas para atender os mesmos. A primeira escola para cegos foi fundada no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1854 conhecida por Imperial Instituto de Meninos Cegos do Brasil, a fundação teve intermédio de Dom Pedro II (ARANHA, 2000).

Em seguida a fase da integração na qual os alunos especiais são colocados em salas separadas, pois acreditavam que eles poderiam atrapalhar o ensino dos demais alunos. A educação especial passa ser inclusiva quando se percebe as potencialidades educativas do aluno com necessidades especiais, e assim procedeu-se mudanças legislativas e educacionais que oferecesse a esse aluno um ensino regular.

Por meio dos direitos garantidos pela ONU (2006) e os decretos 186/2008 e 6949/2009, a educação especial inclusiva passa a assegurar:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

A educação inclusiva tem como foco de garantir aos alunos com deficiência uma aprendizagem de qualidade, na qual o aluno possa ser notável nas escolas regulares. A educação especial percorre diversas modalidades e oferece o atendimento educacional especializado que dá suporte às escolas regulares com orientação e organização de métodos pedagógicos e de acessibilidade, esse atendimento ele suplementa a formação do aluno para se torna independente na escola e fora dela, mas não substitui a escolarização. No entanto, em 2003, é implementado pelo MEC:

o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL, MESC/SEESP, 2008, p.4).

Diante dessa implementação do MEC, podemos observar a busca pelo ensino igualitário para todos, oferecendo oportunidades e valorização dos alunos com deficiência, pois é muito importante à preparação de gestores e educadores, visando um grande avanço a fim de assegurar condições mais acessíveis na aprendizagem e participação de todos os alunos inclusivos.

No Brasil a Educação Especial Inclusiva é um direito que está em processo de adaptação, pois as Políticas de Interesse à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil visa oferecer e garantir o direito e das oportunidades para essas pessoas tornando o ensino acessível e de qualidade. De acordo com o 3º artigo da Resolução CNE/CEB 02/2001:

[...] modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços

educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

O intuito da Educação Inclusiva é assegurar o direito dos alunos com deficiência, pois necessitam de apoio em todas as modalidades educacionais. A garantia de uma educação de qualidade é de grande importância para o desenvolvimento da aprendizagem e também o combate ao preconceito.

A inclusão no Brasil visa garantir o direito das Pessoas com Deficiência, de modo real e completo, pois na medida em que se torna direito é preciso buscar recursos para que possa ser efetivado. Por mais que haja diversas limitações para que esse direito ocorra efetivamente, cabe aos deficientes e não deficientes, buscar o direito de cidadão, de cobrar por algo efetivo.

As escolas brasileiras devem passar por um processo de modificação para promover a inclusão de alunos com deficiência, através de acessibilidade física, materiais específicos de apoio pedagógicos e formação continuada para os professores da rede de ensino regular.

Podemos perceber que a busca por um ensino igualitário é constante, mas na prática a preocupação é diferente. Muitos alunos são deixados de lado por seus educadores que relatam falta de orientação pedagógica, recursos de didáticos e a superlotação nas salas de aulas, o que dificulta mais ainda o processo de ensino aprendizagem dos alunos inclusivos.

Assim podemos perceber a realidade da Educação Especial:

[...] o desenvolvimento está estreitamente ligado à preocupação dos educadores com o atendimento das necessidades educacionais daqueles alunos que não são beneficiados com os recursos educacionais comuns e que precisam de recursos especiais para suplementar os existentes. Desta forma, a educação especial não se justifica a não ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos. (MAZZOTTA, 1982, p. 11).

A realidade dos educadores é preocupante, porque para garantir uma educação de qualidade é necessário a acessibilidade para ambas partes, a falta de recursos educacionais precisa ser superada no ensino brasileiro, pois como esse educador poderá ajudar esses alunos sendo que não tem apoio, materiais que

condizem com suas necessidades? Em muitas escolas a estrutura escolar não é acessível aos alunos inclusivos. Para tanto a educação especial não é integra.

O maior descaso na Educação Inclusiva no Brasil é a não qualificação do docente, a ausência materiais didáticos. Para haver uma educação de qualidade é necessário o acompanhamento de uma equipe de profissionais de qualidade, tais como psicólogos e pedagogos especializados (MAZZOTTA, 2005).

O papel do professor em relação a educação especial é saber agir com eficiência em cada situação que lhe é apresentada, tentar adequar e adaptar suas aulas, avaliar a competência do aluno e elaborar propostas diversificadas que atendam as suas necessidades educacionais especiais. As escolas inclusivas têm que garantir o direito desse aluno, permitindo-lhe que ele seja capaz de desenvolver sua autonomia na sociedade que ele está inserido independente de suas dificuldades.

De acordo com o pensamento de Alcântara (2013), é necessário que o educador fique atento para identificar e reconhecer o potencial de cada aluno, mas para isso é importante esse educador receber uma preparação especializada. A maioria dos professores que não têm preparação, como mostra as pesquisas, sentem-se, geralmente, desmotivados por essa realidade problemática no ensino brasileiro e, acaba comprometendo sua prática pedagógica.

Um educador com uma boa formação não encontrará dificuldades em administrar uma sala com alunos com deficiência, pois ele irá partilhar os conhecimentos e, assim, os alunos passarão a interagir os valores, conceitos e atitudes. O mesmo irá explorar também os espaços educacionais, buscando um olhar de aprendizagem de cada aluno e como deverá proceder a exploração.

Vale ressaltar que um aluno com grandes limitações, não irá aprender tudo de uma vez ou até mesmo não aprenderá como os outros colegas, mas é importante o convívio social na vida desse aluno, os modos e as possibilidades intelectual dos conteúdos trabalhados com esse aluno.

Sendo assim, políticas públicas que tratam da questão educacional, no âmbito inclusivo, são cada vez mais necessárias como medidas de intervenção para que esse ensino seja eficaz e acessível ao público alvo destinado. Além da LDB (Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional), que define o que é a educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins

lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público, temos também o Decreto nº 3.298, que dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Nesse, a educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Além dessas medidas na legislação, existem muitas outras políticas públicas voltadas para o atendimento especializado para a educação inclusiva, no entanto, não cabe aqui enumerar todas.

Mas como podemos perceber, as Políticas Públicas tentam organizar a educação de forma que possa abranger todos. No entanto, existem diversos desafios para garantir uma educação de qualidade, assim, devemos valorizar as existentes e lutar para que as teorias sejam colocadas em prática.

A falta de compromisso por parte das autoridades públicas brasileiras com a educação especial é bastante caótica, pois temos que exigir o que é previsto na lei, tem que haver a implementação na prática, assim facilitará o desempenho escolar do educador e do aluno.

1.2.1 A Educação Especial no Estado do Maranhão: algumas considerações

No Maranhão as primeiras iniciativas da Educação Especial ocorreram na década de 1960:

[...] mais precisamente em 1962, 1964, 1966 e 1968, podem-se indicar os trabalhos iniciais em Educação Especial no Estado do Maranhão. As duas primeiras referências (62 e 64) são da iniciativa privada, uma classe para alunos deficientes mentais e auditivos e uma professora especializada em educação de deficientes auditivos e outra classe para deficientes visuais que resultou na criação da Escola de Cegos do Maranhão (CARVALHO, 2004, p. 95)

Carvalho (2004) aborda que as categorias que deram início ao atendimento educacional especializado foram alunos com deficiência auditiva, mental e visual que teve a criação do Instituto para meninos cegos 1854 e em 1857 a escola para surdos-mudos. A educação especial no Maranhão foi oficializada somente em 1969 por meio da portaria nº423/69, que criou o Projeto Plêiade da educação que tinha como objetivo promover a educação para os alunos com necessidades especiais.

A partir da oficialização da educação especial em 1969, ocorreu diversos marcos histórico em 1977 os atendimentos foram se ampliando em quatro municípios do estado na busca de alcançar alunos. Entretanto 1978 o Projeto

Plêiade foi substituído pela Seção da Educação Especial através do Decreto de nº 6.838/78, que tinha finalidade de promover a integração social por meio do atendimento educativo.

No ano de 1989 as Constituições de todos os estados sofreram alterações, no Maranhão foi adicionado o artigo 223 que visava um ensino com condições apropriadas para atender os alunos com necessidades especiais e estimula-los ao ensino profissionalizante. Quixaba (2011, p.58) ressalta que:

Foi acrescentado no artigo 223 à estimulação precoce no ensino profissionalizante. O artigo 223 da Constituição do Estado do Maranhão, na seção 1, que trata da educação, apresenta o seguinte texto: o Estado e Municípios garantirão o ensino obrigatório em condições apropriadas para os portadores de deficiência física, mental e sensorial, com estimulação precoce e ensino profissionalizante.

A inclusão social tem como objetivo garantir aos alunos uma educação de qualidade que visa à compreensão das dificuldades educacionais. E que os alunos sejam apoiados para se tornarem participantes e colaboradores da sociedade. E assim não irão cometer os mesmos erros do passado quando os alunos com deficiência eram deixados á margem.

Na Educação Especial no Maranhão foram criados Centros de Apoio Pedagógico para dá suporte as pessoas com deficiência, mas não se expandiu nos demais municípios somente na capital do estado e percebe-se que a maioria dos alunos com deficiência ficou esquecidos. De acordo com Quixaba (2011) o avanço quando amplia os serviços e os atendimentos; e estagnação, quando não amplia estes a ponto de atender a todos sem contar com a descontinuidade do trabalho em função da contaste mudança de supervisor.

Em 2006 o ensino estadual inclusivo foi reiniciado e ampliando com atendimentos seguido de acompanhamento técnico pedagógico na qual atendeu apenas 17 unidades regionais e assim a maioria dos municípios sendo um total de 200 não foram contemplados com os projetos voltados para Educação Especial. Maranhão (2006, *apud* Quixaba, 2011, p. 60), informa que:

Em 2006 houve o reinicio e ampliação dos seguintes atendimentos na área de educação especial: acompanhamento técnico- pedagógico em dezessete (17) Unidades Regionais de Educação, onde os 217(duzentos e dezessete) municípios do Estado do Maranhão estavam distribuídos, atendendo em média 5.006(cinco mil e seis), alunos (as) com deficiências, realizando projetos, bem como distribuição de recursos didáticos/ pedagógicos e formação especifica nas áreas de atendimentos para docentes.

A inclusão é a forma de acesso que aprecia a aceitação das diferenças na qual desenvolve as oportunidades de forma igualitária, melhorando e preparando os alunos de acordo com as suas necessidades.

No livro “A Ordem do Discurso na Educação Especial” Alcântara (2013) abre uma discussão com os professores sobre suas práticas educativas e a formação dos professores para Educação Especial, o debate busca localizar as extremidades dos movimentos. Observando as práticas discursivas nas escolas de rede municipal em São Luís, Alcântara (2013) se fundamenta na história da Educação Especial e políticas públicas na qual problematiza a política educacional brasileira.

Mesmo com os avanços que ocorreram na Educação Especial o Maranhão o número de matrículas ainda é bem inferior pois,

[...] mesmo com um movimento de crescimento e fortalecimento da área, o Estado ainda possui reduzido número de matrículas (embora seja maioria), sendo que há um relativo alto percentual de matrículas vinculadas às entidades privado-assistenciais (CARVALHO apud ALCÂNTARA, 2013.p.76).

Visto que muitas pessoas com deficiência ainda estão afastadas dos meios educacionais, é notório que o baixo investimento na Educação pelos governos ainda procede, pois a má formação dos professores contribui bastante em tornam o ensino educacional inacessível.

1.2.2 A educação especial em Grajaú – Maranhão

O município de Grajaú estabelecido no centro sul do Maranhão com uma população um pouco mais de 62 mil habitantes dados do censo de (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Através de visitas à coordenação de Educação Especial do município constataram que em 2018 havia um total de 362 alunos que apresentava algum tipo de deficiência e que estavam matriculados em escolas regulares e sendo acompanhados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.

No início de 2013, Grajaú contou com o modelo atual de Atendimento Educacional Especializado, na qual foram instalados polos nos bairros: Centro, Expoagra, Extrema e Vilinha. Com a grande procura de matrículas foram necessários, acrescenta o quadro de funcionários. Como Silva (2015) destaca o

aumento do número de matrícula de alunos para o AEE em 2013 foi bastante expressivo, incluindo sede do município e zona rural; devido a este fator, houve a necessidade de disponibilização de um número maior de funcionários da rede municipal para o atendimento dessa demanda.

Para desenvolver um trabalho qualificado os professores precisam de um entendimento inicial que assegure o aluno com deficiência, ou seja, tornar o ambiente escolar dinâmico, com trabalho compartilhado e criar estratégias visando o sucesso do aluno. No entanto os professores precisam estar capacitados, visto que,

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p.17).

É de grande importância buscar métodos e qualificação no ensino, principalmente quando se trabalha com alunos com deficiência, na qual precisa de uma boa qualificação. A realidade do professor em sala de aula com alunos com deficiência é desafiadora, uma vez que este não tem muitas oportunidades de estudar ou pesquisar para oferecer um ensino de qualidade. O educador é o principal mediador no processo de escolarização e de desenvolvimento dos alunos inclusivos, pois é através do educador que acontecerá às intervenções que ajudarão o aluno a se sentir incluso no meio dos demais alunos.

A Declaração de Salamanca (1994) observa que se espera muito da escola com seu compromisso social de educar a todos os alunos sem exceção, inclusive alunos com deficiência, cujos princípios e diretrizes foram introduzidos com veemência. Todo aluno tem o direito fundamental a uma boa educação, e a ele deve ser dado um atendimento de acordo com suas necessidades e habilidades. É muito importante que os sistemas educacionais se adaptem as necessidades dos alunos, e promovam orientação que combatem as atitudes discriminatórias.

Na busca de melhorar a inclusão dos alunos do município de Grajaú a Secretaria Municipal de Educação realiza mensalmente mapeamentos nas escolas na busca de melhorar a qualidade do ensino de alunos que necessitam de algum atendimento específico, e conta com a parceria de:

- Centro de Referência Assistência Social – CRAS
- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
- Centro de Reabilitação Fisioterapêutica - Hospital Itamar Guará
- Residência de Acolhimento Inclusiva para Deficiente Intelectual Múltiplas
- Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS
- Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES
- Unidade de Acolhimento Institucional – Casa Lar
- Programa Novo mais Educação;
- Programa Novo mais Alfabetização – PMALFA;
- Melhor em Casa (LOPES, 2019).

É de suma importância à escola ter apoio da Secretaria Municipal de Educação visto que ambas não andam sozinhas. É na sala de aula que são dados diversos diagnósticos de alunos e com as parceiras acima mencionadas pode facilitar e melhorar o desempenho daquele aluno que necessita de cuidados.

A educação municipal de Grajaú possui uma equipe multidisciplinar com: psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, oftalmologista, pedagogo, psicopedagogo entres outros. O propósito dessa equipe é aperfeiçoar os alunos que possuam alguma necessidade, assim alguma barreira poderá ser derrotada.

Embora que Grajaú tenha parcerias de centros, secretarias entre outros existem uma enorme precariedade nas estruturas físicas das escolas são necessário adaptações para que o aluno consiga se beneficiar do ensino. Existe também a falta de preparação dos professores algo indispensável, percebe-se que a maioria está desorientada, as salas que possuem alunos com necessidades especiais é disponibilizado acompanhante para ajudar o aluno em suas atividades entretanto as dificuldades procedem pois o professor precisa se qualificar para saber a melhor estratégia que irá despertar o interesse desses alunos.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994) a capacitação de professores para trabalhar com a educação especial necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial.

Um educador com uma boa formação não encontrará dificuldades em administrar uma sala com alunos com deficiência, pois ele irá partilhar os

conhecimentos e, assim, os alunos passarão a interagir os valores, conceitos e atitudes.

O mesmo irá explorar também os espaços educacionais, buscando um olhar de aprendizagem de cada aluno e como deverá proceder a exploração. É pensando na realidade dos professores que serão analisados discursos de alguns professores que trabalha com a inclusão nas salas de aulas abordaremos as dificuldades que se encontram no ensino inclusivo.

1.3 Formação de professores na educação inclusiva: entre desafios e possibilidades de superação

Os professores com conhecimentos pedagógicos tem possibilidade de desenvolver atividades didáticas enriquecedoras, fazendo com que o aluno seja integrado nas aulas. É de suma importância o professor ser capacitado ou especializado para lecionar de forma coerente e dinâmica.

De acordo, com a Resolução n. CNE/CEB 02/2001 é preciso haver dois tipos de professores, ou seja, os capacitados e os especializados, que devem ser da seguinte forma:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes regulares com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio e superior, foram incluídos conteúdos sobre a educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva ;

II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais.

IV- atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização , adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I- formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental;

II- complementação de estudos ou pós- graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2001).

Com base na Resolução CNE/CEB 02/2001, a capacitação dos professores devem ser adequada, para assumir as atividades educacionais especiais. A busca de um novo professor que atenda o público especial e torne o sistema de ensino regular inclusivo, pois os alunos com necessidades especiais tem que ser integrado nas aulas.

O professor encontra diversos desafios no ensino regular inclusivo, a dificuldade de se relacionar e lidar com a diversidade estão sendo trabalhado de maneira sucinta.

A formação continuada é necessária em qualquer área de atuação. Frente ao novo paradigma da inclusão, percebemos que há muitos desafios a serem vencidos e conhecimento a ser produzido, para que a conquista de uma Educação Inclusiva seja alcançada. Um desses desafios, sem dúvida nenhuma, se relaciona ao fato de que muitos professores não estão preparados para lidar com a diversidade, especificamente aquela decorrente de necessidades educacionais especiais (CAPELLINI & MENDES, 2004,p.2)

O papel do professor é desenvolver conhecimento e tornar o aluno com múltiplas capacidades para a atuação profissional, o desenvolvimento de suas eficiências são positivos quando se aplica uma metodologia específica.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994) a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

A preparação dos professores para atuarem com qualidade e capacidade no campo educacional inclusivo necessita de criar metodologias novas e diferentes para proporcionar maior compressão, visto que,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns (BRASIL, 1997, p.27).

O que se espera de uma escola dita inclusiva é o compromisso de educar todos os alunos inclusive os que possuem necessidades especiais, a capacitação dos professores é de suma importância para que haja aprendizagem significativa. Com vistas a ampliar um ensino de qualidade.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, Salamanca (1994) fundamenta que a qualificação do professor contempla um cenário de satisfação dos alunos com necessidades especiais que desenvolve um processo educativo igualitário. Segundo Ministério Público Federal (2004, p.35).

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas que podem auxiliar os processos de ensino e de aprendizagem. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considerar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender. Isso pode ocorrer por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se envolve na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma ideia, resolver um problema ou realizar uma tarefa. Esse é um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo modelo é baseado na transmissão dos conhecimentos.

A partir daí se planeja um ensino que possibilite uma ligação entre aluno e professor na qual consiga desenvolver uma aprendizagem de modo informal, dentro de suas limitações. A ideia é oferecer uma alternativa de aprendizagem, assegurando os direitos e deveres dos alunos inclusivos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE GRAJAÚ – MA

Como forma de entender o que ocorre no cenário da educação inclusiva em Grajaú – MA, iremos retratar a realidade dos professores da Escola Municipal Celi Cunha do Carmo, conhecendo as dificuldades que se encontram no processo de escolarização dos alunos com deficiência.

Dessa forma, neste capítulo, traremos uma abordagem sobre a educação inclusiva, enfatizando as estratégias e desafios enfrentados pelos professores de uma escola municipal em Grajaú – MA. Como este estudo se trata também de uma pesquisa de campo, primeiramente cabe detalhar o percurso metodológico da mesma, bem como apresentar o cenário e os sujeitos da pesquisa. Em seguida, faremos a análise e discussão dos dados obtidos.

2.2 Percurso metodológico da pesquisa, cenário e sujeitos da pesquisa.

A pesquisa se desenvolveu numa abordagem qualitativa de acordo com Triviños (1987) esta é uma ideia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que pode chegar a realizar um pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo.

Os procedimentos iniciais pautaram-se em pesquisa bibliográfica, na qual contribuiu bastante para a concretização do mesmo, pois conforme Fonseca (2002, p.32), “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Em seguida, utilizou-se a pesquisa de campo em uma escola do Município de Grajaú – MA.

O instrumento da pesquisa de campo se deu através de roteiro de entrevista, pois a pesquisa prática é considerada como uma ferramenta essencial para a construção do conhecimento geográfico na perspectiva da consolidação da prática como condição para a compreensão teórica, tendo seu valor pedagógico através do contato com a realidade para a formação do geógrafo.

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo da pesquisa. É, todavia na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. (GIL, 1999, p. 110)

Entendo a importância da observação prática, ou seja, da pesquisa de campo para o presente trabalho, ressalta-se que esta foi realizada através de entrevista, que se deu em aproximadamente 2 meses de aplicação, com 4 professores da escola, na qual relataram suas práticas pedagógicas nas salas de aula inclusivas.

A escolha dos professores surgiu da seguinte forma procuramos aqueles que tinham alunos com deficiência e assim buscamos analisar e conhecer a forma do ensino inclusivo as práticas pedagógicas que utilizam para integrar os alunos de forma geral.

A Escola onde realizou-se a pesquisa “Professora Celi Cunha do Carmo” possui 320 alunos e funciona nos turnos matutino e vespertino com o quadro de 19 funcionários sendo 10 professores, 2 acompanhantes, 4 secretários, 4 zeladores e 1 vigilante. A escola mencionada possui 7 salas, 4 banheiros, 2 bebedouros, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 cozinha, 1 almoxarifado e pátio. O espaço físico da escola não possui acessibilidade para cadeirantes tais como: rampas, corrimão, banheiros especializado entre outros, as salas são pequenas e abafadas tem apenas 1 ventilador em cada sala.

Para realização dessa pesquisa foram entrevistadas 4 professoras da referida escola. Com o intuito de anonimatos os professores serão nomeados pela letra “P” maiúscula acrescida de um numeral. A professora P1 é formada em pedagogia, têm 36 anos e a sua atuação na docência há 10 anos. A professora P2 possui magistério e está cursando o 6º período de pedagogia, têm 25 anos e atua no campo docência há 2 anos. A professora P3 está no campo docência há 15 anos com a idade de 37 anos e a formação em pedagogia e magistério. Com 39 anos de idade e 18 anos de docência a professora P4 é formada em pedagogia e possui magistério.

2.3 Análise e discussão dos resultados

Os professores que contribuíram com a contemplação desse estudo, responderam sete (7) perguntas a eles direcionadas. Os professores entrevistados lecionam nas salas que têm alunos com deficiência. A professora P1 trabalha no 1ºano matutino na qual estudam 18 alunos sendo 2 com deficiência e 1 acompanhante para auxiliar os alunos com deficiência. Os professores P2 e P3 lecionam na turma de 3º ano matutino que contém 25 alunos sendo 3 com

deficiência e 1 acompanhante. Na turma de 4º ano vespertino trabalha a professora P4 com 26 alunos sendo 3 com deficiência e 1 acompanhante.

A primeira pergunta direcionada aos professores buscou descobrir o que entendiam por inclusão afirmaram que:

Seria incluir a criança, em tudo que acontece na sala, não só colocar alguém pra ajudar a criança, pois mesmo com acompanhante não existe inclusão (P1). A inclusão é algo que deixa o aluno deficiente muito feliz, pois o jeitinho de olhar para os colegas e o cuidado do que não tem deficiência é muito lindo e carinhoso. Então inclusão é está juntos porque somos todos iguais (P2).

Eu entendo que inclusão é os alunos estarem incluídos nas escolas e participarem das aulas juntos com os alunos. Mais infelizmente essa escola não é inclusiva, pois os alunos estão apenas matriculados e fica no fundo da sala com o acompanhante porque o espaço da sala é pequeno e foi a única forma que encontraram para os alunos estarem "juntos".(P3).

Inclusão é acolher todas as pessoas no sistema de ensino, sem exceção, independente de classe social, da condição física entre outros fatores (P4).

Observa-se que cada professor tem seu conceito de inclusão. A professora P1 e P3 relata que colocar acompanhante não torna um ensino inclusivo, pois como a professora P3 aborda muitas vezes o aluno fica no fundo da sala com o acompanhante e não interage com os demais na sala de aula. Conforme Stainback & Stainback (1999) os alunos não aprendem apenas a partir das interações entre professor e aluno; grande parte do que é aprendido na escola através das interações entre os alunos.

Na fala de P2, percebe-se uma relação muito sentimental com os alunos, ela afirma que não existem diferenças entre os alunos e que os mesmos recebem carinho dos demais. Na fala da professora P4 ela ressalta que a inclusão é acolher todos sem distinção. Dessa forma, é interessante apontar o conceito de inclusão, para melhor compreensão dessa questão:

A inclusão implica mudança do atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando. [...] A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. [...] Dessa forma, a inclusão propõe uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (MANTOAN, 2003, p. 11 e 12).

Diante do exposto, percebemos a importância do novo espaço escolar adotar a inclusão como parâmetro para a formação de cidadãos com qualidade e dignidade.

A segunda pergunta se refere ao exercício de docência, se já trabalharam com alunos com deficiência e o que sente ou sentiram diante deles, destacaram que:

Sim, tive um com paralisia infantil. Foi um desafio enorme, pois não somos capacitados para cuidar deles, mais recebi ele e ele progrediu. E esse ano tem outra com paralisia sendo totalmente diferente, pois a mesma já não tem quase coordenação motora (P1).

É a primeira vez que trabalho com esses alunos, me sinto gloriosa foi Deus que me escolheu, eu nunca pensei em ser professora deles. O jeitinho deles nunca tinha pensado que era difícil, mas nunca impossível pra mim e eu gosto de trabalhar com eles (P2).

Não. Essa é a primeira vez me sinto incapacitada para trabalhar com elas. Nós professores precisam de uma capacitação para saber trabalhar com esses alunos porque a escola conta com 8 alunos deficientes então é muito difícil trabalhar sem preparação (P3).

Não. Esse ano é o primeiro ano que estou trabalhando com alunos com deficiência. Mais diante das crianças com dificuldades especiais ajo naturalmente, claro que com uma atenção especial, cada situação é única. E, cabe ao professor de apoio criar estratégias diferentes (P4).

Para as entrevistadas P2, P3 e P4 são inexperientes no ensino inclusivo, é notório nas falas que os professores necessitam de uma capacitação. Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

A atuação no campo inclusivo é desafiador, pois o professor precisa modificar as atividades para que o aluno consiga atingir seus objetivos. Questionadas sobre suas maiores dificuldades em desenvolver o trabalho em sala de aula relataram que:

A falta de material de apoio pra essas crianças, nem mesmo carteiras, além das escolas que não são adaptadas para elas. Então desenvolver uma atividade com eles temos que procurar criar esse material adaptado (P1).

A escrita deles porque eles saem do infantil I sem saber de nada, acho que é porque não tinham acompanhantes. E esse é o meu primeiro ano trabalhando com eles e não sei por onde começa. Tem uma aluna que não sabia pegar no lápis hoje ela consegue e isso é gratificante para mim só em olhar a felicidade dela riscado o caderno. Sendo que antes o lápis não parava em sua mão (P2).

A falta de material escolar, a escola não oferece nada procuro ajuda na internet, aqui não tenho apoio é muito difícil trabalhar, procuro estratégias nos sites para vê se esses alunos não ficam mais perdidos do que estão (P3).

Ensinar crianças com necessidades especiais está sendo um desafio, mas ao mesmo tempo estou aprendendo com elas. Lembrando que elas precisam de uma atenção especial, é essencial que elas se sintam mais próxima do professor. E, uma das minhas dificuldades é que o aluno com deficiência precisa de ações pedagógicas diferenciadas e para que isso aconteça, cabe à escola organizar tanto o espaço físico, quanto materiais pedagógicos que infelizmente a escola não disponibiliza (P4).

No que concerne às dificuldades nas salas de aula as professoras destacaram a falta de material pedagógico que não é fornecida, cabe ao professor desenvolver técnicas para incluir os alunos. A P3 procura habilidades na internet visto que a mesma se preocupa com aluno afirmando que eles estão perdidos nas salas. Alcântara (2013) sustenta que é papel do docente que trabalha na área da educação inclusiva ampliar de maneira significativa seu rol de atuação, buscando incluir na sua agenda um conhecimento sobre o aluno com deficiência. Dessa forma, a professora P3 realiza seus ensinamentos buscando melhorar a qualidade do ensino, mesmo de maneira informal.

O maior desafio da professora P 2 é a escrita dos alunos ela afirma que os alunos não são preparados para o ensino fundamental e expõe que seja pela falta de acompanhante. A professora P1 e P4 nas suas falas informa que a escola não está adaptar para os alunos com deficiência, pois falta espaço físico, carteiras e materiais pedagógicos entre outros.

Brasil (2008) os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes.

Quanto às praticas educativas de modo que contemplar todos os alunos destacaram que:

Planejamos de forma dinâmica e prática, pois temos crianças de todos os níveis (P1).

Eu procuro envolver todos os alunos sempre vou à carteira vê se estão conseguindo fazer alguma coisa, procuro envolve-los (P2).

Tenho dificuldade para incluir eles procuro fazer uma dinâmica, mas pelo fato de não saberem ler e escrever dificulta muito mesmo assim tento mistura eles com outros alunos (P3).

Tento interagir em conjunto com o professor de apoio, para que os alunos tenham acesso às melhores condições possíveis de aprendizagem. Então os conteúdos trabalhados em sala de aula, são os mesmos para as crianças com necessidades especiais. O que muda são estratégias. Só lembrando que a escola não disponibiliza materiais pedagógicos (P4).

Segundo Stainback & Stainback (1999), á medida que a discussão, a resolução de problemas e a prática expandem suas capacidades, os professores

passam a enxergar suas salas de aula e a sua atuação de novas maneiras que aprofundam a avaliação do propósito do seu trabalho. Conforme as falas das entrevistadas, as práticas educativas dotadas são de forma aleatória e prática, ambos relataram que procuram integrar esses alunos, a professora P3 destaca que a dificuldade em envolve os alunos em suas práticas é a falta de leitura e escrita; a P4 procurar estratégias para desenvolver junto ao acompanhante.

Ao serem perguntadas, se a escola possui Projeto Político Pedagógico, responderam:

Ao meu conhecimento não (P1).
 Não sei. Acho que não tem (P2).
 Nunca vi,mas acho que deveria ter porque essa escola não é tão nova(P3).
 Não. Ainda não foi criado o Projeto Político Pedagógico (P4).

O Projeto Político Pedagógico é um documento que se armazena as ações e projetos da comunidade escolar é nele que o professor devem se baseia para desenvolver o processo de ensino aprendizagem. É uma instrumento indispensável à organização do espaço escolar, como podemos perceber a seguir:

A ausência de um PPP impossibilita o desenvolvimento educacional de toda e qualquer escola, pois ele preocupa-se em propor uma forma de organizar o trabalho pedagógico visando uma superação dos conflitos, buscando rechaçar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Na tentativa, de acabar com a rotina do mundo interno da instituição (HAHN e MACHADO, 2015, p. 02).

No entanto, os professores da escola em estudo não têm conhecimento desse documento, muito menos da importância deste para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

No que diz sobre acessibilidade para os alunos com deficiência afirmaram que:

So tem uma rampa na chegada ao restante nada nem banheiro para cadeirante (P1).
 A escola é muito boa só em aceitarem eles, mas falta corrimão, mais rampas e banheiro para cadeirantes (P2).
 Não tem acessibilidade faltam rampas, corrimão para a cadeirante não tem banheiro específico. Eu acho que a escola precisa ir atrás dessas coisas (P3).
 Não. Nesse caso, o aluno que tem que se adaptar a escola (P4).

O espaço físico da escola não condiz com sistema de inclusão, pois a mesma necessita de ajustes para facilitar o acesso dos alunos. Dessa forma, é importante ressaltar a relevância do espaço físico escolar. Horn (2004, p. 28) afirma que:

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado.

A última pergunta da entrevista buscou descobrir se já participaram ou participam de cursos de formação continuada na área da educação especial com ênfase na educação inclusiva destacaram que:

Sim, cursos oferecidos pela secretaria de dois dias (P1).

Nunca participei de nenhum, mas se tivesse me ajudaria bastante muito mesmo (P2).

Nunca participei infelizmente. Queria muito que tivesse assim iria ao ponto certo do aluno para ele aprender (P3).

Não. Ainda não participei de nenhum curso de formação continuada na área da educação especial (P4).

O interesse dos professores em participar de cursos de formação dá ao entender as dificuldades que estão sendo enfrentadas nas salas de aulas, pois no início da entrevista muitos alegaram que existem descompromisso com esses alunos por falta de uma capacitação, nesse sentido, Alcântara (2013) ressalta que o professor é ao mesmo tempo o sujeito que faz de sua profissão o declarar ou trazer a frente algo que está aí e aquele que confessa, promete e assegura, se envolve. Durante a entrevista foi possível perceber que os professores entrevistados são persistentes, pois mesmo sem parâmetros legais desafiam a inclusão buscando desempenhar o interesse dos alunos para o ensino.

CONCLUSÃO

A Educação inclusiva é o processo de escolarização que abrange todos os alunos seja com deficiência ou não, a escola é responsável em adaptar o ambiente para o aluno com necessidades especiais e assim garantido seu direito em educação.

Nesse sentido, é necessário oferecer aos professores capacitação e formação continuada para os mesmos saber lidar com esses alunos e assim torna a sala de aula um ambiente acolhedor e inclusivo. Para a inclusão ter sucesso às escolas devem atender as necessidades dos alunos seguindo os parâmetros que são ofertados nas leis e decretos.

Isto posto, constata-se que os objetivos postulados na presente pesquisa foram alcançados, haja vista termos problematizado as práticas educativas e desafios dos professores em relação aos alunos inclusos, conhecemos também como ocorre a formação dos professores para lidar com esses alunos e identificamos como se dá a construção dos processos de ensino/aprendizagem dos alunos inclusos, além disso, investigamos os aspectos físicos da escola no que tange a acessibilidade.

Para que o aluno com deficiência tenha um bom desenvolvimento, a escola precisa apresentar um currículo adaptado e que apresente as diversidades. Como expõe Libâneo (2004), o currículo é o conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelos processos de escolarização, mas também aqueles valores comportamento, atitudes que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora currículo real, ora currículo oculto.

No currículo podemos conhecer o perfil da escola, nele encontraremos as concepções, tipos de aprendizagens, e a evolução no processo do ensino aprendizagem. O perfil de uma escola inclusiva é aquela que atende todos os alunos, adaptando os conteúdos de suas aulas às suas necessidades específicas.

Com a realização desse estudo pude vivenciar as dificuldades que cada professor enfrenta em trabalhar com a inclusão de forma desprovida. Percebi a dedicação de cada professora em incluir, esses alunos algumas buscam meios de maneira informal no intuito satisfazer o aluno. A escola não dispõe de acessibilidade

no seu espaço físico algo que deveria ser obrigatório, no entanto os alunos ficam ignorados no meio que deveria ser igual para todos.

O maior desafio para os professores é dotar práticas educativas na qual englobe todos os alunos já que não é ofertado qualificação, materiais específicos entre outros. A inclusão também é responsabilidade da família uma vez que muitas discriminam ou até sente vergonha em ter uma pessoa com necessidades especiais.

A Escola Celi Cunha do Carmo precisa ser adaptar nos padrões da educação inclusiva vista que possui alunos com diferentes deficiências, os professores entrevistados clamam por uma qualificação para que possa saber trabalhar de maneira inclusiva e necessitam de materiais especializados a fim de oferecer qualidade no ensino se distinção de alunos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luís de Santana. **A ordem do discurso na educação especial**. São Luís: EDUFMA, 2013.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social**. In: E. J. Manzini (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Unesp. Marília-Publicações, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001c.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Secretária Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas e dá outras providências. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

CAPELLINI, V.L.M. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004.300f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004.

CARVALHO, M. B. W. B. de. **A Política Estadual Maranhense de Educação Especial (1997 – 2002)**. 231f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: UNIMEP, 2004.

CANZIANI, M.L. Crianças Deficientes, Psicodiagnóstico. **Educação**. Porto Alegre-RS-1995.

Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 dez. 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1995.

HAHN, José Carlos. MACHADO, Evandro José. **A importância do projeto político pedagógico na educação escolar**. Faculdade Palotina – FAPAS, 2015.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.

LEI 9394/96. LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia. Alternativa. 2004

LOPES, Karina Araújo. **Educação Inclusiva em Grajaú-MA: os sujeitos têm a dizer sobre isso / Karina Araújo Lopes**. -2019.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Editora Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, Marcos J. S.. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

QUIXABA, Maria Nilza O. **Práticas inclusivas na escola: o que faz sentido para os (as) alunos (as) com deficiência?** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís, 2011. ROSANA;

GLAT. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SAILOR, W.; GEE, K.; KARASOFF, P. Full Inclusion and School Restructuring. In: SÃO PAULO - **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de 25 março de 1990, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância: Brasília: 1991), In: O Correio da UNESCO. Ano 9, n.º 3, v. XXXVIII e v. XXXIX, UNESCO, 1995.

SASSAKI, Romeu, K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: 1997.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.I. Ministério Público Federal.II. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva.

SILVA, Danielle, Aline, Ramos, De Sousa. **Uma análise sobre a educação especial nas salas de atendimento educacional especializado (AEE) da rede pública de ensino do município de Grajaú**. Universidade Federal do Maranhão. Grajaú, 2015.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Altas, 1987.175p.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tema da Pesquisa: EDUCAÇÃO ESPECIAL NO HORIZONTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA

I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) PROFESSOR (A)

1. Nome (opcional): _____
2. Qual sua faixa etária de idade: () entre 18 a 25 anos () entre 26 a 35 anos () entre 36 a 45 anos () entre 46 a 55 anos () mais de 56 anos
3. Formação docente: _____
4. Tempo de atuação na docência () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () mais de 16 anos

II- QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. O que você compreende por inclusão?
2. Ao logo do exercício da docência, você já teve alunos com algum tipo de deficiência? Quais? Como você se sente diante delas?
3. Quais suas maiores dificuldades em desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade?
4. Como você desenvolve suas práticas educativas de modo a contemplar todos os alunos?
5. A escola a possui Projeto Político Pedagógico?
6. A escola possui acessibilidade para os alunos com necessidades especiais?
7. Você já participou ou participa de cursos de formação continuada na área da educação especial com ênfase na educação inclusiva?